



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

**EMENDA Nº - CAE**  
(ao PLP nº 93, de 2023)

Dê-se ao inc. I do caput, e ao § 2º do art. 7º do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, na forma do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, a seguinte redação:

“Art 7º.....

.....

I - tenha adotado, no âmbito de sua competência, todas as medidas de limitação de empenho e pagamento previstas na Lei Complementar nº 101, de 14 de julho de 2000, e nesta Lei Complementar, preservado, depois de aprovada a lei de que trata o § 2º, o nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública; e

.....

§ 2º O nível mínimo de despesas discricionárias necessárias ao funcionamento regular da administração pública:

I - deverá ser fixado mediante lei complementar de iniciativa do Presidente da República, que contenha discriminação individualizada das atividades essenciais a preservar, e os critérios para apuração dos valores mínimos que assegurem o seu funcionamento, os quais devem ser fixados em função de variáveis econômicas e administrativas correlacionadas ao volume de atividades mínimas requeridas, vedada sua especificação como percentuais dos valores orçados na lei orçamentária anual; e

II – somente terá vigência, para efeitos da mitigação da responsabilização de que trata o inc. I do caput, quando da publicação da lei complementar de que trata o inc. I deste parágrafo.

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

## JUSTIFICAÇÃO

O substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 93, de 2023, corrige parcialmente uma lacuna essencial do projeto original: reintroduz algum tipo de sanção ou responsabilização pelo cumprimento das metas fiscais, sem as quais as mesmas seriam intenções – perdoem-nos a falta de originalidade – “lítero-poético-musicais”. De fato, a mera redução do patamar de crescimento das despesas primárias, cumulada com a obrigação de uma “carta aberta” do Presidente ao Congresso, que constam do projeto original, seriam subterfúgios risíveis que nenhum efeito teria na formação de incentivos virtuosos para os gestores. A analogia com a obrigação do banco central de publicar uma carta de justificativa pelo descumprimento das metas de inflação, no caso, é inteiramente despropositada: na política monetária, a intervenção do banco central é um dos fatores que influenciam a inflação, que depende de outras variáveis nacionais e internacionais fora da capacidade de gestão do governo. As medidas de contenção fiscal sobre despesas são, ao contrário, quase que inteiramente sujeitas ao controle e à decisão do gestor.

Existem, porém, fragilidades na redação apresentada. Primeiro, o inc. I do art. 7º fala genericamente em “medidas de limitação de empenho e pagamento” como excludentes de responsabilidade pelo descumprimento da meta, sem especificar quais sejam – e a Lei de Responsabilidade Fiscal e o próprio projeto preveem diversas medidas preventivas e corretivas. Nossa emenda apenas corrige essa imprecisão, deixando claro que, para conceber uma dispensa da responsabilização por meta descumprida, o gestor há de atender a todos os requisitos que essas duas leis básicas estabelecem em termos de contenção de pagamentos e comprometimento orçamentário.

O mesmo inciso fala na excepcionalização, para as medidas de limitação de empenho e pagamento, do nível mínimo de despesas discricionárias necessário ao regular funcionamento da administração. Mais uma vez, a ideia é aceitável, mas a implementação é falha: de fato, não se quer o suicídio estatal provocado pela paralisação das atividades essenciais.

---

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

No entanto, a forma prevista para caracterização desse “nível essencial” (um verdadeiro “mínimo existencial” do Estado) é a mais perigosa possível: um percentual definido na LDO, com um mínimo de 75% do valor orçado na lei orçamentária anual. Ora, isso significa um verdadeiro cheque em branco para Executivo e Legislativo, em comportamento colusivo, fixarem limites simbólicos para o contingenciamento, garantindo a não-contenção de percentuais elevados da despesa total que contemplem seus interesses de gasto – na prática, assegurando o pagamento de todos os objetos discricionários de interesse dos agentes políticos, ano a ano.

É legítimo pensar-se em um mínimo necessário ao funcionamento dos serviços públicos. Para isso, porém, é necessária a explicitação aos cidadãos e contribuintes de quais são esses serviços essenciais, e quais são os critérios de definição de seus montantes mínimos de financiamento, baseados em variáveis do mundo real (o PIB, o volume de cidadãos atendidos, etc.). Isso é perfeitamente cabível em uma lei específica (que deve ter natureza complementar, visto que abrangerá regras de finanças para todos os entes), de iniciativa executiva, que tenha essa finalidade: listar as atividades essenciais e os critérios de definição real do mínimo de seu financiamento. Sem essa providência, o mecanismo de cautela fiscal fica completamente esvaziado, retornando as metas fiscais {à pantomima “litero-poético-musical” de que acima falamos.

É esse o objeto da segunda parte da nossa emenda, que modifica o § 2º do art. 7º para deixar claro que, até que uma lei com essas características seja aprovada, não há subterfúgio possível à responsabilização dos gestores pela não-adoção das medidas de limitação prudencial da despesa previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ante o exposto, peço o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

**Senador Esperidião Amin**

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

E-mail: [sen.esperidiaoamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidiaoamin@senado.leg.br)

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100